



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA  
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – Dconama  
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 9º andar, sala 950 – CEP: 70.068-900  
Tel. (61) 2028.2207/2102 - [conama@mma.gov.br](mailto:conama@mma.gov.br)

## **Sumário Executivo da 115ª Reunião Ordinária do CONAMA**

**Data: 20 de agosto de 2014**

**Horário: 09h às 18h**

**Local: Auditório nº 1, Edifício Sede do Ibama, Setor de Clubes Esportivos Norte -  
Trecho 2, Brasília/DF**

### **1. Abertura da reunião pela Ministra do Meio Ambiente**

Em sua fala de abertura da 115ª reunião ordinária do CONAMA, a Ministra Izabella Teixeira ressaltou a importância da reestruturação das Resoluções CONAMA do licenciamento ambiental. Com base na LC 140 e, em sua avaliação, a discussão deverá envolver as questões acerca das autorizações de supressão de vegetação, levando aos Estados e Municípios as responsabilidades decorrentes da descentralização. Ressaltou que o CONAMA é o espaço adequado para o debate, sugerindo a elaboração de um Termo de Referência que pudesse orientar os Conselhos estaduais na descentralização dessa gestão do licenciamento. Chamou a ABEMA e a ANAMMA para compartilhar a experiência dos Estados que já praticam a descentralização da gestão para os municípios. Pediu que o debate ocorresse já na próxima reunião do CONAMA, ou, então, que fosse deliberada a criação de Grupo Assessor à Plenária para discutir o tema no Conselho.

Convidou também a ABEMA para participar do balanço dos resultados da política ambiental no Brasil, na próxima reunião do CONAMA, ocasião em que serão tratados temas como: unidades de conservação, áreas de preservação permanente, planos de manejo aprovados, desafios de recursos hídricos, recursos genéticos e seus conselhos, desdobramento das Metas de Aichi, inventário de fauna e flora dos Estados. Sugeriu que a ABEMA apresentasse numa visão geral, o Cadastro Ambiental Rural, o que está acontecendo, como as pessoas se comportam e os recursos alocados. Destacou uma infinidade de temas que o Brasil precisa discutir e que o CONAMA tem que ser mais proativo em pautar discussões e mudança estruturantes no Sistema Nacional de Meio Ambiente – criando o debate, chamando interlocutores, apresentando os contraditórios e entendendo pragmaticamente como é que as estruturas de gestão são modificados em prol de um modelo de governança ambiental no país.

Dentre outros pontos mencionados, destacou a necessidade de informes sobre o balanço da Conferência de Clima, que vai acontecer em Lima, no Peru, a fim de que o CONAMA saiba o que está acontecendo nessa etapa preparatória à negociação de Paris em 2015; além dos resultados da Convenção da Diversidade Biológica que acontecerá em outubro deste ano em Pyeongchang, Coreia.

## 2. Apresentação de novos Conselheiros

A Secretaria Executiva do CONAMA apresentou ao Conselho as nomeações mais recentes.

## 3. Aprovação das transcrições *ipsis verbis* da [114ª Reunião Ordinária](#), de 28 de maio de 2014, e da [56ª Reunião Extraordinária](#), de 10 de junho de 2014

## 4. Tribuna Livre (15 minutos)

Patrícia Boson (CNT) – Comentou sobre a realização, no dia anterior, do Seminário sobre produção de sedimentos, assoreamento e dragagem, parabenizando o DCONAMA pela parceria na realização do evento, mas, ao mesmo tempo, lamentando pela pequena participação dos Conselheiros, o que poderia indicar necessidade de se investir mais tempo nas discussões dos resultados concretos das Resoluções, particularmente quanto à 454/2012, que estabelece diretrizes gerais e procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado. Comentou ainda sobre mudanças decorrentes da LC nº 140/2011 e sugeriu a elaboração de um “Termo de Referência” que aponte principais itens que devem ser modificados nas Resoluções CONAMA, visando restabelecer diálogos sobre novas regras de licenciamento.

Carlos Bochuy (PROAM) – Agradeceu a proposta da Ministra Izabella Teixeira no sentido de resgatar a discussão sobre qualidade de ar nas metrópoles e justificou a necessidade de serem alterados os padrões que são da década de 1990.

Tadeu Santos (Sócios da Natureza) – Comentou sobre a necessidade de viabilizar a revisão do licenciamento, especialmente, em relação à audiência pública e aos estudos ambientais. Agradeceu o apoio do Ministério do Meio Ambiente que se comprometeu a apoiar o Encontro Nacional de Entidades Ambientalistas.

Lisiane Beker (SODEMAP) – Destacou a necessidade de estabelecer impactos locais em razão da descentralização do licenciamento para os municípios. Solicitou informações sobre as hidrelétricas Garambi e Panambi no Rio Uruguai.

Valtemir Goldmeier (CNM) – Solicitou ao ICMBio iniciativas que promovam e facilitem o diálogo entre prefeitos e técnicos das Unidades de Conservação. Disse que a CNM é favorável à manutenção do prazo para implementação da política nacional de resíduos sólidos e que se deve buscar solução para casos específicos, sendo que debates sobre logística reversa devem considerar a participação dos municípios. Argumentou que os consórcios entre municípios, com objetivo de gestão conjunta de resíduos sólidos, devem ter o mesmo tratamento destinados às obras do PAC. Solicitou que os conselhos estaduais de meio ambiente tenham paridade entre membros municipais e da sociedade civil.

Roberto Rocha (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR) – Defendeu a necessidade de incluir os catadores de materiais recicláveis no planejamento de projetos de gestão de resíduos e a manutenção dos prazos para implementação de aterros sanitários. Manifestou que propostas que defendem a incineração de resíduos são contrárias a políticas que visam a reciclagem e destacou que o MNCR tem propostas de atuação conjunta com os gestores de resíduos urbanos.

**Mônica Fragoso (Ministério da Saúde) – Reforçou o pedido da PROAM sobre a necessidade de debater a questão da qualidade do ar nas regiões metropolitanas.**

**Zuleica Nicz (APROMAC) – Manifestou preocupação quanto a resíduos perigosos. Em nome do CNEA, pediu que todas reuniões do CONAMA sejam transcritas e disponibilizadas no site.**

**Miguel Scarcello (SOS Amazônia) – Afirmou que cabe ao CONAMA avaliar a implantação da política nacional de licenciamento. Destacou que as dificuldades para implantação de UCs devem-se à falta de diálogo com a população local e ao fato dos recursos não chegarem aos beneficiários, citando como exemplo o caso da conservação dos quelônios no Acre. Manifestou preocupação quanto à falta de apoio das comunidades extrativista à política ambiental e quanto à possibilidade de que estas venham a optar pela criação de gado como atividade econômica.**

**Pedro Wilson (ANAMMA) – Enfatizou a necessidade de maior integração ente municípios/estados no sentido de viabilizar a implementação da comissão tripartite, conforme a LC 140. Solicitou à SRHU/MMA a inclusão dos municípios nas discussões sobre logística reversa e informações sobre a IV Conferência de Resíduos Sólidos. Por fim, colocou a ANAMMA à disposição da ABEMA para conduzir trabalhos de revisão/ajustes no processo de licenciamento ambiental.**

## **5. Encaminhamentos da Secretaria-Executiva do CONAMA**

**5.1. Processo [nº 02000.000480/2014-48](#) - Proposta de Resolução CONAMA que dispõe sobre critérios e procedimentos para o manejo de espécies nocivas à aviação em aeródromos públicos e militares (Informe da Presidência da Câmara Técnica de Biodiversidade).**

**Marcelo Marcelino expôs as razões pelas quais solicitou, em 17/08/14, na Câmara Técnica de Controle Ambiental, a retirada de pauta da matéria sobre critérios e procedimentos para o manejo de espécies nocivas à aviação. Explicou que o ICMBio e o Ministério da Defesa estão trabalhando em substitutivo à proposta original, como forma de melhor adequá-la à Lei nº 12.725/12, em especial ao art. 6º, que remete o manejo da fauna à aprovação do Plano de Manejo.**

**6. Apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta, retirada de matéria e, por escrito, de requerimentos de urgência.**

## **7. Ordem do Dia**

### **RESOLUÇÃO**

**7.1. Processo [nº 02000.002337/2013-18](#) – Proposta de revisão da Resolução CONAMA nº 334/03, que dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental referentes ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos.**

**Proponente:** Confederação Nacional da Indústria – CNI.

**Procedência:** 9ª Reunião da CTAJ. Data: 05/08/2014.

**Tramitação:** A matéria foi admitida na 5ª reunião do CIPAM, realizada em 10/04/2014, com orientação para ser analisada tanto pela CTQAGR quanto pela CTCA. A matéria foi avaliada na 4ª Reunião

Extraordinária da CTQAGR, em 25/04/2014, tendo recebido emendas. Foi aprovada, também com emendas na 9ª CTCA e encaminhada à 9ª CTAJ, onde contou com a aprovação dos membros daquela Câmara.

**Houve pedido de vistas pela SODEMAP, ECOTRÓPICA, APROMAC, MMA, IBAMA e CNI.**

## **MOÇÃO**

**7.2. Processo nº 02000.001866/2014-77 – Proposta de Moção à Presidência da República e ao Congresso Nacional quanto à célere ratificação da Convenção de Minamata pelo Governo Brasileiro.**

Proponente: Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte – APROMAC

**Aprovada com emendas.**

## **8. Informes**

**8.1. Informe do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio sobre o relatório de aves migratórias.**

**Informe prestado.**

**8.2. Informe do Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano) sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Destinação Final de Resíduos Eletroeletrônicos.**

**Informe prestado.**

## **9. Encerramento**

**Reunião encerrada às 13h45.**